



Câmara dos Deputados

## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º \_\_\_\_\_, DE 2011  
(Do Sr. Rubens Bueno)

*Propõe que o Tribunal de Contas da União - TCU fiscalize os contratos e obras deles decorrentes entre o Departamento de Engenharia do Exército - DEC e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.*

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com os arts. 60, inciso II, e 61 do Regimento Interno, proponho a V. Ex. que, ouvido o Plenário desta Comissão, se digne adotar as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle em todas as obras, contratos, projetos de engenharia, repasses de recursos ou quaisquer outros instrumentos legais, contratuais ou contábeis firmados entre o Comando do Exército Brasileiro, por meio do Instituto Militar de Engenharia – IME e do Departamento de Engenharia e Construção – DEC, e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, nos exercícios de 2002 a 2009.

### JUSTIFICAÇÃO

Segundo denúncia do jornal *Folha de S. Paulo* o TCU (Tribunal de Contas da União), após fiscalização em obras geridas pelo Exército Brasileiro, afirma que o general Enzo Martins Peri, comandante do Exército, beneficiou empresas ligadas a militares com dispensas de licitação entre 2003 e 2007, quando administrou o DEC (Departamento de Engenharia e Construção), do Exército.

De acordo com relatório concluído em junho, há casos de projetos contratados que não foram entregues e outros de duplicidade de pagamentos - quando duas entidades recebem dinheiro por um mesmo contrato.

Por sua vez, o Comando do Exército informou por nota que determinou a



## **Câmara dos Deputados**

instauração de uma "tomada de contas especial", referente ao período de 2002 a 2006, no IME (Instituto Militar de Engenharia) e no DEC, para apurar se houve algum dano aos cofres públicos.

Reportagem da Folha do último dia 31 mostrou que a procuradora Cláudia Luz abriu em maio procedimento para analisar a situação do general Enzo e dos outros sete oficiais envolvidos com obras rodoviárias feitas pelo Exército.

Os oficiais comandaram o DEC (Departamento de Engenharia e Construção) e o IME (Instituto Militar de Engenharia) entre 2004 e 2009, período em que o Exército firmou vários convênios com o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) para realizar obras em rodovias.

Portanto, com o objetivo é apurar os fatos acima relatados e dirimir essas e outras dúvidas acerca das denúncias citadas, solicito a esta Comissão de Fiscalização e Controle que aprove a presente PFC

Sala das Comissões, em                      de agosto de 2011.

**Deputado RUBENS BUENO**

**PPS/PR**